

SUMÁRIO

Abreviaturas.....	21
Nota à 13ª Edição	25
Apresentação.....	27
Prefácio.....	31
 PARTE I – INTRODUÇÃO AO DIREITO PREVIDENCIÁRIO	
Capítulo 1 – O Estado e a proteção social ao trabalhador	35
1.1 Prólogo	35
1.2 O surgimento da noção de proteção social	36
1.3 A mútua assistência e a caridade	37
1.4 A assistência social estatal	38
1.5 A formação do conceito de bem-estar social	39
1.6 Evolução da previdência social – Do modelo de Bismarck ao modelo de Beveridge	42
 Capítulo 2 – Fundamentos da Previdência Social	49
2.1 A intervenção do Estado e a dignidade da pessoa humana	49
2.2 A solidariedade social	51
2.3 A compulsoriedade da filiação	52
2.4 A proteção aos previdentes.....	53
2.5 A redistribuição de renda	53
2.6 O risco social	55
2.7 Da previdência à segurança social.....	56
 Capítulo 3 – Modelos de Previdência Social	59
3.1 Sistemas contributivos e não contributivos.....	60
3.2 Sistemas contributivos de repartição e capitalização	61
3.3 Sistemas privados de previdência	62
3.4 O sistema de pilares	63
 Capítulo 4 – A Evolução da proteção social no Brasil.....	67
4.1 Primeiras regras de proteção	68
4.2 A Lei Eloy Chaves	69

4.3 Os institutos de classe.....	70
4.4 Da criação do INPS à Constituição de 1988	72
4.5 A Constituição de 1988 e a Seguridade Social.....	74
4.6 A criação do INSS e as primeiras reformas	76
4.7 A Emenda Constitucional n. 20.....	77
4.8 O fator previdenciário e o novo período básico de cálculo	81
4.9 As Emendas Constitucionais ns. 41 e 42	82
4.10 A Emenda Constitucional n. 47/2005.....	83
Capítulo 5 – O Direito Previdenciário	85
5.1 Conceito e objeto de estudo	85
5.2 Autonomia Científica	86
5.3 Classificação perante a divisão didático-enciclopédica do Direito... ..	88
5.4 Relação do Direito Previdenciário com outros ramos do Direito.....	89
5.5 Fontes do Direito Previdenciário	91
Capítulo 6 – Aplicação das normas de Direito Previdenciário.....	99
6.1 Antinomias e critérios de solução	100
6.2 Lacunas do ordenamento e sua solução	101
6.3 Interpretação das normas	102
6.4 Vigência e eficácia das normas no tempo.....	103
6.5 Vigência e eficácia das normas no espaço	104
6.6 Acordos Internacionais de Previdência Social firmados pelo Brasil....	105
Capítulo 7 – Princípios do Direito Previdenciário.....	111
7.1 Princípios gerais de Direito Previdenciário.....	112
7.2 Princípios constitucionais da Seguridade Social	113
7.3 Princípios específicos de custeio.....	116
7.4 Princípios específicos de Previdência Social.....	119
Capítulo 8 – Regimes Previdenciários.....	125
8.1 O Regime Geral de Previdência Social – RGPS.....	125
8.2 Regimes de previdência de agentes públicos ocupantes de cargos efetivos e vitalícios	126
8.3 Regime Previdenciário Complementar	128
8.4 Regime dos Militares das Forças Armadas.....	132
PARTE II – A SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA	
Capítulo 1 – A organização da Seguridade Social	137
1.1 Sistema Nacional de Seguridade Social	137
1.2 Ministérios da área da Seguridade Social.....	138
1.3 Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.....	139

1.4	Gestão descentralizada.....	141
1.5	Conselho Nacional da Seguridade Social – CNSS	142
1.6	Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS	142
1.7	Conselhos de Previdência Social – CPS.....	144
1.8	Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.....	145
1.9	Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC	147
1.10	Conselho de Recursos da Previdência Social – CRPS	148
1.11	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.....	150
Capítulo 2	– Relação jurídica de custeio	153
2.1	Definição da relação obrigacional	153
2.2	Autonomia da relação de custeio.....	154
2.3	Identidade com a relação obrigacional tributária.....	157
Capítulo 3	– Contribuintes da Seguridade Social.....	159
3.1	Segurados da Previdência Social	160
3.2	Empresa e entidades equiparadas	161
3.3	Matrícula da Empresa, do Produtor Rural Pessoa Física e do Segurado Especial	162
3.4	Empregador Doméstico	164
3.5	Apostadores de concursos de prognósticos	165
Capítulo 4	– Relação jurídica de Seguro Social	167
4.1	Definição da relação de Seguro Social	167
4.2	Vinculação da relação previdenciária com a filiação	168
4.3	Natureza jurídica da relação de Seguro Social.....	169
Capítulo 5	– Segurados do Regime Geral de Previdência Social.....	173
5.1	Segurados – Definição.....	173
5.2	Segurados obrigatórios.....	173
5.2.1	Empregado Urbano e Rural	175
5.2.2	Empregado Doméstico	185
5.2.3	Contribuinte Individual.....	186
5.2.4	Trabalhador Avulso.....	189
5.2.5	Segurado Especial.....	191
5.3	Segurado Facultativo	196
5.4	A menoridade e a filiação como segurado	197
5.5	Aposentado que retorna à atividade.....	199
Capítulo 6	– Filiação dos segurados	201
Capítulo 7	– Manutenção e perda da qualidade de segurado	205
Capítulo 8	– Dependentes	211

Capítulo 9 – Inscrição dos segurados e dependentes	219
9.1 Inscrição dos segurados.....	219
9.2 Inscrição de dependentes.....	224

PARTE III – CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL

Capítulo 1 – Sistema de financiamento da Seguridade Social	229
1.1 Sistema contributivo.....	232
1.2 Participação da União	233
1.3 Contribuições sociais	234
1.3.1 Conceituação.....	235
1.3.2 Natureza jurídica	236
1.3.3 Características gerais.....	238
1.4 Outras receitas da Seguridade Social	240
Capítulo 2 – Contribuições ao Sistema	243
2.1 Salário de contribuição	243
2.2 Salário-base.....	254
2.3 Contribuição do segurado empregado, doméstico e trabalhador avulso	256
2.4 Contribuição do segurado contribuinte individual e facultativo	257
2.5 Contribuições das empresas.....	260
2.5.1 Contribuição sobre a folha de pagamento	261
2.5.2 Contribuição sobre a remuneração paga aos segurados contribuintes individuais e trabalhadores avulsos	264
2.5.3 Contribuição destinada ao Financiamento dos Riscos Ambientais do Trabalho – RAT	269
2.5.3.1 Fator Acidentário de Prevenção – FAP	272
2.5.3.2 Contribuição para o financiamento da aposentadoria especial.....	277
2.5.4 Contribuição sobre a receita e o faturamento.....	278
2.5.5 Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.....	279
2.5.6 PIS/PASEP	286
2.5.7 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL.....	289
2.5.8 Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – o SIMPLES NACIONAL.....	290
2.6 Contribuições do importador de bens e serviços do exterior.....	296
2.7 Contribuições decorrentes do trabalho prestado em obras de construção civil.....	298
2.7.1 Conceito de obra de construção civil.....	299

2.7.2 Obrigações previdenciárias do sujeito passivo na obra de construção civil	300
2.7.3 Aferição indireta das contribuições	304
2.7.4 Apuração de salário de contribuição contido em nota fiscal de serviço/fatura.....	305
2.7.5 Apuração de salário de contribuição com base na área construída e no padrão da obra	305
2.7.6 Retenção na construção civil	306
2.8 Contribuição dos clubes de futebol profissional	307
2.9 Contribuição do empregador doméstico.....	308
2.10 Contribuição do produtor rural pessoa física e do segurado especial.....	309
2.11 Contribuição do empregador rural pessoa jurídica.....	313
2.12 Contribuição sobre a receita de concursos de prognósticos.....	315
2.13 Contribuições destinadas a terceiros	315
Capítulo 3 – Isenção das contribuições para a Seguridade Social	319
3.1 Requisitos para a isenção	321
3.2 Requerimento e deferimento da isenção	323
3.3 Alcance da isenção.....	324
3.4 Revisão da isenção	324
Capítulo 4 – Remissão e anistia	327
Capítulo 5 – Regras gerais de arrecadação e fiscalização	331
5.1 Competência dos órgãos de arrecadação e fiscalização.....	331
5.2 Arrecadação e recolhimento das contribuições.....	332
5.3 Obrigações acessórias.....	338
5.4 Prerrogativas da fiscalização.....	342
5.5 Inadimplemento e acréscimos moratórios	345
5.6 Restituição de contribuições, compensação e reembolso de benefícios	350
5.6.1 Restituição de contribuições e compensação.....	350
5.6.2 Reembolso de benefícios	355
5.7 Parcelamento de débitos	357
Capítulo 6 – Responsabilidade solidária e por substituição tributária	363
6.1 Construção Civil.....	364
6.2 Grupo econômico	366
6.3 Responsabilidade dos sócios e titulares	367
6.4 Tomador de serviços	368
6.5 Administradores públicos.....	372

6.6 Operador portuário e órgão gestor de mão-de-obra	372
Capítulo 7 – Decadência e prescrição das contribuições à Seguridade Social..	373
7.1 O Conflito de Normas: Lei de Custeio e CTN	374
7.2 A Decadência na Exigibilidade de Contribuições	377
7.3 A Prescrição do Direito de Cobrança dos Créditos	381
7.4 Prescrição na restituição e compensação de contribuições.....	383
7.5 Prazo para pleitear a desconstituição de exigência fiscal.....	385
Capítulo 8 – Prova de regularidade fiscal.....	387
Capítulo 9 – Processo Administrativo Fiscal	395
9.1 Constituição do crédito da Seguridade Social	395
9.1.1 Notificação de Lançamento – NL.....	400
9.1.2 Auto de Infração – AI	401
9.2 Tramitação e Julgamento	402
9.3 Depósito recursal – exigibilidade	404
Capítulo 10 – Dívida ativa: inscrição e execução judicial	407
Capítulo 11 – Execução de contribuições à Seguridade Social na Justiça do Trabalho	421
11.1 Aplicação da norma em função do tempo	435
11.2 Conflitos de competência	435
11.3 Condição da União na lide trabalhista	436
11.4 Legislação aplicável.....	438
11.5 Créditos executáveis	439
11.6 As prerrogativas da União	442
11.7 Validade do procedimento	444
11.8 O procedimento da execução.....	446
Capítulo 12 – Dos crimes contra a Previdência Social	453
12.1 O Regime da Lei n. 9.983/2000.....	453
12.2 Apropriação indébita previdenciária	454
12.2.1 Inocorrência da <i>abolitio criminis</i> da conduta prevista no art. 95, d, da Lei n. 8.212/91	459
12.2.2 Constitucionalidade.....	460
12.2.3 Tipo objetivo	462
12.2.4 Tipo subjetivo	462
12.2.5 Consumação e tentativa	463
12.2.6 Sujeito ativo.....	463
12.2.7 Sujeito passivo.....	465
12.2.8 Crime continuado	465

12.2.9 Ação penal.....	466
12.2.10 Extinção da punibilidade	467
12.2.11 Adesão ao REFIS e ao PAES	469
12.2.12 Perdão judicial	473
12.2.13 Dificuldades financeiras	474
12.2.14 Princípio da insignificância	476
12.2.15 Prisão por dívida	477
12.3 Inserção de dados falsos em sistema de informações	478
12.4 Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações	479
12.5 Sonegação de contribuição previdenciária.....	479
12.6 Divulgação de informações sigilosas ou reservadas	480
12.7 Falsidade documental	481
12.8 Falsificação de documento público	481
12.9 Violação de sigilo funcional	482
12.10 Equiparação a funcionário público	482

PARTE IV – PRESTAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Capítulo 1 – Introdução	485
Capítulo 2 – Concessão da prestação previdenciária	489
2.1 Suspensão do benefício	492
2.2 Cancelamento do benefício	495
2.3 Processo Administrativo Previdenciário	496
Capítulo 3 – Períodos de carência	503
Capítulo 4 – Cálculo do valor do benefício.....	511
4.1 Salário de benefício e período básico de cálculo	512
4.2 Fator previdenciário	519
4.3 Regras de transição para aplicação do fator previdenciário.....	521
4.4 Renda mensal inicial	522
4.5 Valor-limite dos benefícios.....	526
Capítulo 5 – Reajustamento e revisão do valor dos benefícios	529
Capítulo 5 – Reajustamento e revisão do valor dos benefícios	529
5.1 Índices de correção dos salários de contribuição utilizados no cálculo do salário de benefício	531
5.2 Reajustes pelo salário mínimo de referência.....	533
5.3 Atualização monetária dos doze últimos salários de contribuição para os benefícios concedidos anteriormente à Constituição de 1988 ...	533
5.4 Súmula n. 260 do extinto Tribunal Federal de Recursos.....	534

5.5 Autoaplicabilidade do art. 202, <i>caput</i> , da Constituição de 1988 – Diferenças decorrentes do reajustamento dos benefícios concedidos entre 5.10.88 e 5.4.91 (art. 144, parágrafo único, da Lei n. 8.213/91)	535
5.6 Aplicação do art. 58 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias	536
5.7 Manutenção do valor real dos benefícios/Equivalência do valor dos benefícios em número de salários mínimos.....	538
5.8 Valor mínimo dos benefícios	538
5.9 Gratificação natalina de 1988/1989	539
5.10 URP de fevereiro de 1989	539
5.11 Salário mínimo de junho de 1989	539
5.12 Expurgos inflacionários	540
5.13 Reajuste de setembro de 1991 – Abono da Lei n. 8.178/91.....	540
5.14 Reajustes quadrimestrais – IRSM – Leis ns. 8.542/92 e 8.700/93....	541
5.15 Conversão dos benefícios para URV – Lei n. 8.880/94	542
5.16 Aplicação do IRSM de fevereiro de 1994	542
5.17 Reajustamento dos benefícios pelos índices integrais do IGP-DI nos meses de junho de 1997, 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003	543
5.18 Revisão da renda mensal da pensão por morte	544
5.19 Demais revisões decorrentes da Lei n. 9.032/95	545
5.20 Aplicação do novo teto dos benefícios fixados pelas Emendas Constitucionais ns. 20/98 e 41/2003	547
5.21 Primeiro reajuste após a concessão do benefício.....	549
5.22 Apuração da Renda Mensal Inicial do Auxílio-Doença e da Aposentadoria por Invalidez	550
5.23 Renda Mensal Inicial da Aposentadoria por Invalidez Precedida de Auxílio-Doença	552
5.24 Revisão com base na concessão do benefício mais vantajoso, ainda que anterior a DER.....	553
5.25 Revisão com base na inclusão do 13º na base de cálculo (RMI 13º)...	554
5.26 Ampliação do Período Básico de Cálculo do Salário de Benefício	555
Capítulo 6 – Pagamento dos benefícios.....	557
6.1 Pagamento feito a terceiros.....	561
6.2 Intangibilidade do valor do benefício	562
6.3 Acumulação de benefícios	563
Capítulo 7 – Acidente do trabalho e doenças ocupacionais.....	567
7.1 Evolução histórica da proteção acidentária.....	567
7.2 Conceito de acidente do trabalho	570
7.3 Doenças ocupacionais.....	573
7.4 Nexo causal e concausalidade	574

7.5 Aspectos da proteção previdenciária à vítima de acidente.....	578
7.6 A Comunicação do Acidente de Trabalho - CAT.....	578
7.7 Responsabilização do tomador dos serviços.....	580
7.7.1 Com fundamento na responsabilidade subjetiva do empregador.....	580
7.7.2 Com fundamento na responsabilidade objetiva do empregador.....	581
7.7.3 A teoria do risco social – Cobertura pela Previdência Social	581
7.7.4 Responsabilidade penal	581
7.7.5 Sanções administrativas.....	582
7.8 Direito à indenização civil.....	582
7.9 O direito de regresso da previdência em face do empregador.....	591
7.10 Estabilidade do empregado acidentado.....	593
Capítulo 8 – Benefícios em espécie.....	597
8.1 Aposentadoria no RGPS	597
8.1.1 Direito à desaposentação.....	599
8.1.2 Aposentadoria e vínculo de emprego	603
8.2 Aposentadoria por invalidez	608
8.2.1 Transformação do benefício por incapacidade em aposentadoria por idade	614
8.3 Aposentadoria por idade	617
8.3.1 Aposentadoria por idade do trabalhador rural	619
8.4 Aposentadoria por tempo de serviço	626
8.5 Aposentadoria por tempo de contribuição	628
8.5.1 Aposentadoria do professor	633
8.5.1.1 A aposentadoria do professor e a aplicação do fator previdenciário.....	635
8.5.2 Aplicação dos novos critérios para aposentadoria.....	636
8.6 Aposentadoria especial	637
8.6.2 Conversão do tempo especial de professor em tempo comum	655
8.7 Pensão por morte.....	658
8.8 Auxílio-doença.....	670
8.9 Auxílio-reclusão	679
8.10 Auxílio-acidente	684
8.11 Salário-família.....	689
8.12 Salário-maternidade.....	693
8.13 Abono anual	704
8.14 Benefício assistencial ao idoso e ao deficiente - LOAS.....	704

Capítulo 9 – Benefícios extintos	711
9.1 Renda mensal vitalícia	711
9.2 Auxílio-natalidade	712
9.3 Auxílio-funeral.....	712
9.4 Pecúlio.....	713
9.5 Abono de permanência em serviço.....	714
9.6 Aposentadorias diferenciadas	714
Capítulo 10 – Serviços	717
10.1 Serviço Social	717
10.2 Habilitação e reabilitação profissional	717
Capítulo 11 – Tempo de contribuição para fins previdenciários.....	719
11.1 Prova do tempo de contribuição	723
11.2 Reconhecimento do tempo de filiação.....	726
11.3 Atividade rural e o regime de economia familiar.....	727
11.4 Aluno-aprendiz.....	731
11.5 Efeitos das decisões trabalhistas frente ao INSS.....	733
11.6 Contagem recíproca do tempo de contribuição	742
11.7 Justificação Administrativa	746
11.8 Cabimento da ação declaratória para reconhecimento de tempo de contribuição.....	748
Capítulo 12 – Prescrição e decadência em matéria de benefícios.....	749
12.1 Prescrição do direito a prestações	749
12.2 Decadência do direito à revisão do cálculo de benefício previdenciário.....	752
12.3 Da decadência no caso das ações declaratórias para contagem ou averbação de tempo de serviço/contribuição.....	755
12.4 Prazo Decadencial para o INSS rever seus Atos	756
12.5 Conclusões sobre os Institutos da Prescrição e da Decadência.....	759
Capítulo 13 – Ações previdenciárias	761
13.1 Competência para as ações previdenciárias.....	763
13.1.1 Prestações comuns	764
13.1.2 Competência Federal delegada.....	764
13.1.3 Ações acidentárias.....	765
13.1.4 Causas Referentes ao Benefício Assistencial.....	766
13.1.5 Ações envolvendo benefícios de entidades fechadas de previdência complementar	768
13.2 Prévio ingresso na via administrativa	770
13.3 Juizados Especiais Cíveis na Justiça Federal.....	772

13.3.1 Competência dos JEFs	774
13.3.2 Valor da causa	775
13.3.3 Renúncia	776
13.3.4 Legitimidade	777
13.3.5 Sentença líquida.....	777
13.3.6 Recursos	778
13.3.7 Cumprimento da sentença	782
13.3.8 Aplicação da lei dos JEFs em caso de delegação de competência.....	783
13.3.9 Nulidades.....	784
13.3.10 Custas e Honorários Advocatícios	784
13.4 Pagamentos devidos pelo INSS.....	786
13.4.1 Evolução legislativa	786
13.4.2 Requisição de Pequeno Valor (RPV)	788
13.4.3 Pagamento por precatório.....	788
13.4.4 Complemento positivo	789
13.5 Idosos e portadores de doença grave	790
13.6 Coisa Julgada Previdenciária.....	790
13.7 Execução do Julgado	793

PARTE V – REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Capítulo 1 – Introdução	797
Capítulo 2 – Histórico	805
Capítulo 3 – Aspectos Gerais dos Regimes Próprios.....	809
Capítulo 4 – Principais pontos das Reformas Constitucionais.....	817
Capítulo 5 – Custeio dos Regimes Próprios.....	823
Capítulo 6 – Regras de Aposentadoria dos Regimes Próprios.....	829
6.1 Aposentadoria por invalidez permanente	831
6.2 Aposentadoria Compulsória por Idade	835
6.3 Aposentadoria Voluntária	836
6.3.1 Aposentadoria por Idade.....	837
6.3.2 Aposentadoria por Tempo de Contribuição	837
6.3.3 Regras de Transição para a Aposentadoria Voluntária	838
6.4 Aposentadorias Especiais.....	844
Capítulo 7 – Pensão por Morte nos Regimes Próprios.....	847
Capítulo 8 – Reajustamento do Valor dos Benefícios.....	851

Capítulo 9 – Direito Adquirido nos Regimes Próprios 855

Capítulo 10 – Previdência Complementar para Servidores Públicos 857

PARTE VI – TENDÊNCIAS DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Capítulo 1 – A globalização e o Estado contemporâneo 863

Capítulo 2 – As mudanças no Direito comparado..... 873

Capítulo 3 – As razões da crise brasileira..... 883

Capítulo 4 – Perspectivas da Seguridade Social Brasileira – A Experiência do Fórum Nacional da Previdência Social 891

APÊNDICE – SÚMULAS SOBRE DIREITO PREVIDENCIÁRIO E MATÉRIAS AFINS

Súmulas do Supremo Tribunal Federal 927

Súmulas Vinculantes do Supremo Tribunal Federal 930

Súmulas do Tribunal Federal de Recursos..... 931

Súmulas do Superior Tribunal de Justiça..... 935

Súmulas do Tribunal Superior do Trabalho 939

Orientações Jurisprudenciais da SBDI-1 DO TST 944

Orientações Jurisprudenciais da SBDI-1 do TST (Transitórias) 949

Orientações Jurisprudenciais da SBDI-2 do TST 950

Orientações Jurisprudenciais da Seção de Dissídios Coletivos (SDC) do TST 950

Precedentes Normativos do TST..... 951

Súmulas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região..... 951

Súmulas do Tribunal Regional Federal da 2ª Região..... 953

Súmulas do Tribunal Regional Federal da 3ª Região..... 954

Súmulas do Tribunal Regional Federal da 4ª Região..... 955

Súmulas do Tribunal Regional Federal da 5ª Região..... 958

Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região 959

Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região 959

Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região 960

Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região 961

Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região 961

Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região 961

Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região 962

Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região 962

Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região 963

Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região 963

Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região 963

Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região	964
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região	964
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região	964
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região	965
Súmulas da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais	965
Questões de Ordem da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais	968
Súmulas da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais da 2ª Região	970
Súmulas da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região	971
Súmulas da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região	974
Súmulas da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais das Seções Judiciárias dos Estados de Amazonas e Roraima – AM-RR. – 1ª TR	975
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado da Bahia.....	975
Turma Recursal do Juizado Especial Federal de Campinas/SP	976
Súmulas da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Distrito Federal	976
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo.....	978
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Maranhão	981
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Mato Grosso do Sul.....	981
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais – Enunciados Unificados	983
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Piauí.....	984
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro.....	985
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.....	991
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul	992
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Rondônia	993

Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina.....	993
Súmulas das Turmas Recursais Reunidas dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina	994
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de São Paulo.....	995
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Sergipe	998
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Tocantins	999
Enunciados aprovados pelo Fórum Nacional dos Juizados Especiais Federais – FONAJEF.....	999
Enunciados da I Jornada de Direito Material e Processual na Justiça do Trabalho	1006
Enunciados da Advocacia Geral da União	1008
Enunciados do Conselho de Recursos da Previdência Social.....	1010
BIBLIOGRAFIA	1013
ANEXOS	
Códigos de Interpretação dos Benefícios Concedidos pelo INSS	1025
Tabelas de Contribuições Mensais.....	1028
Tabelas de Incidência.....	1039
Contribuição Sobre a Produção Rural	1046
Empregador Rural - Contribuição Sobre a Folha de Pagamento a partir de 01.11.91	1048
Tabela de Alíquotas por Códigos FPAS.....	1052
Tabelas de Valores para Salário-Família e Auxílio-Reclusão.....	1054
Tabelas de Salário Mínimo e Valor Máximo do Salário de Benefício	1054
Tabela de Carência - Art. 142 da Lei n. 8.213/91	1056
Tabela de Enquadramento do Período de Atividade Especial	1057
Tabela de Conversão do Tempo Trabalhado em Atividade Especial	1058
Tabela de Reajustes de Benefícios	1059
Tábua Completa de Mortalidade - Ambos os Sexos – 2008.....	1060
Tabela do Fator Previdenciário 2010	1062
Tábua Completa de Mortalidade - Ambos os Sexos – 2009.....	1063
Tabela do Fator Previdenciário 2011	1066